

Desempenho sofrível do mercado de trabalho na RMPA nos primeiros cinco meses de 98

*André Luiz Leite Chaves**

Os primeiros meses de 1998 foram marcados por altas taxas de desemprego, batendo recordes em algumas regiões metropolitanas do País. Como causa desses aumentos surpreendentes, além dos fatores sazonais, existiu o reflexo das medidas econômicas tomadas pelo Governo após a crise da Ásia, as quais vieram se somar às já existentes no bojo do Plano Real, que combina um conjunto de medidas desfavoráveis à atividade econômica — juros altos e defasagem cambial — e, portanto, pouco geradoras de emprego.

A elevação do desemprego no País fez com que o próprio Presidente da República, que negava a gravidade do problema, revisse a sua posição e, a partir do segundo trimestre do ano, em reunião com seu Ministério, determinasse a mobilização dos órgãos do Governo no sentido de aperfeiçoar ações voltadas à geração de empregos.

Os números dos institutos que pesquisam o desemprego foram significativos. O indicador do IBGE, com a taxa de 8,2%, atingiu o patamar mais elevado da série em nível nacional, desde 1984, e o medido pela Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE/DIEESE alcançou o seu pico em abril, quando a taxa de desemprego total na Região Metropolitana de São Paulo chegou a 18,9%.

Como era de se esperar, o mercado de trabalho do Rio Grande do Sul também enfrentou o desemprego, constituindo este o problema que o presente artigo passa a analisar. Com esse intuito, examina-se o comportamento dos níveis de ocupação, de desemprego e de renda na Região Metropolitana de

* Economista, Técnico da FEE e Professor da FAPCCA.

O autor agradece às sociólogas Miriam De Toni e Norma Herminia Kreling pelas diversas formas de apoio na execução deste texto.

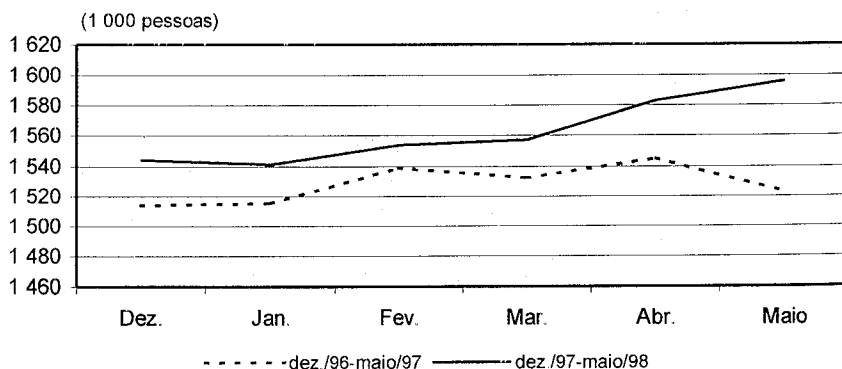
Porto Alegre (RMPA) — que representa cerca de 40% da População Economicamente Ativa (PEA) urbana do Estado —, a partir dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na RMPA (PED-RMPA). Em termos gerais, as informações da Pesquisa apontam os primeiros cinco meses de 1998 como os de pior desempenho do mercado de trabalho regional, comparativamente a idêntico período de anos anteriores, desde o início da Pesquisa. Constataram-se elevação do desemprego e redução dos rendimentos do trabalho; e o nível de ocupação só se manteve à custa do incremento do trabalho precário, sendo que essa manutenção foi insuficiente para absorver todo o incremento da oferta de trabalho.

1 - A ocupação na Região Metropolitana de Porto Alegre

Nos primeiros cinco meses de 1998, a População Economicamente Ativa apresentou crescimento no seu contingente, permanecendo em patamares mais elevados em relação ao mesmo período do ano passado, conforme demonstra o Gráfico 1. O número médio de participantes no mercado de trabalho, no período analisado, foi de 1.576 mil pessoas, 51 mil a mais que em 1997.

Gráfico 1

Estimativa da População Economicamente Ativa da RMPA — dez./96-maio/97 e dez./97-maio/98



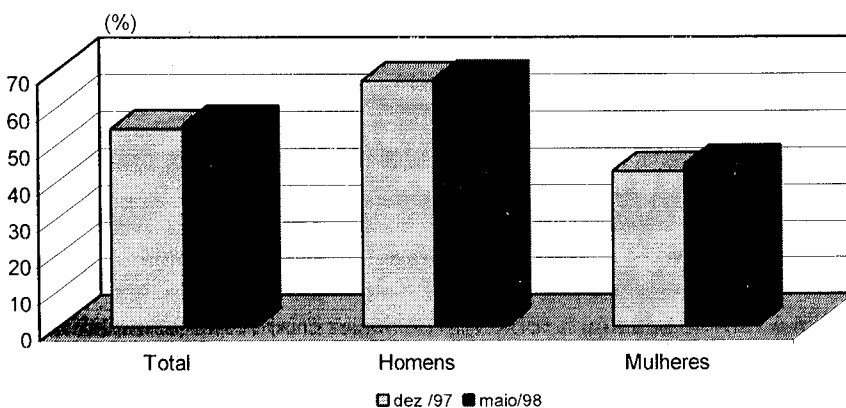
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Esse padrão de comportamento da PEA já havia sido observado nos anos anteriores da Pesquisa. O dado surpreendente diz respeito à apreciável expansão medida para os primeiros cinco meses de 1998, quando houve um aumento de cerca de 52 mil pessoas, ocasionando incremento importante do desemprego, devido à relativa estabilidade do nível ocupacional. Esse resultado é merecedor de uma análise.

Desperta atenção o fato de que, ao ser analisada a variação na composição da PEA segundo o sexo, se percebe que esse aumento da força de trabalho se deveu, basicamente, ao ingresso de pessoas do sexo feminino. Mesmo considerando que as mulheres têm uma participação menor do que os homens na PEA — cerca de 42% —, elas foram responsáveis por 78,8% da expansão da força de trabalho nos primeiros cinco meses de 1998. Esse ingresso maior do contingente populacional feminino no mercado de trabalho da RMPA fez com que a sua taxa de participação — que indica a proporção de pessoas com 10 anos e mais incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas — tivesse um incremento (4,7%) superior ao registrado para os homens (0,7%), conforme pode ser visualizado no Gráfico 2. A taxa de participação total aumentou de 54,3% em dez./97 para 55,5% em maio/98.

Gráfico 2

Taxa de participação, por sexo, na RMPA — dez./97 e maio/98



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Um outro fato intrigante, e talvez o mais revelador, diz respeito à variação na estrutura dessa força de trabalho segundo a posição na família, pois pôde ser constatado que 59,6% da expansão da PEA entre dez./97 e maio/98 se deveu ao ingresso da denominada força de trabalho secundária (ou seja, aqueles outros que não o chefe: cônjuge, filhos e agregados). A expansão da força de trabalho foi ditada pelo aumento maior das taxas de participação dos cônjuges, que aumentou 6,0% na comparação entre dez./97 e maio/98, e dos filhos (3,1%), enquanto a dos chefes de domicílio apresentou uma variação positiva bem menor (0,8%), e a taxa referente ao segmento outros membros no domicílio caiu 4,8%.

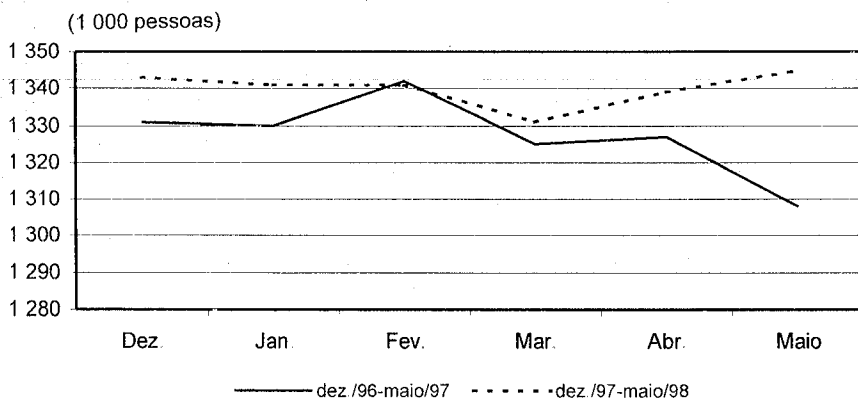
No que diz respeito à desagregação por faixa etária, ocorreu uma elevação da PEA para todas as faixas no período em foco, sendo mais expressivos os aumentos entre as pessoas de 18 a 24 anos (18 mil) e para aquelas com 40 anos ou mais de idade (17 mil). Os mais jovens, de 10 a 17 anos, cuja participação na PEA vinha declinando, apresentaram um pequeno aumento neste início de ano, com a entrada de 3 mil indivíduos no mercado de trabalho da RMPA.

O nível de ocupação apresentou certa estabilidade nos primeiros cinco meses de 1998, com exceção da queda verificada no mês de março, conforme se observa no Gráfico 3. Esse desempenho do nível ocupacional contrariou, em parte, os fatores sazonais de retração da atividade econômica, que sempre trazem reflexos negativos para o mercado de trabalho da RMPA nos primeiros meses do ano. O número médio de ocupados até maio de 1998 (1.342 mil pessoas) foi superior em 25 mil ao registrado no mesmo período do ano anterior. Considerando-se os contingentes médios para esse período, constata-se que o de 1998 foi o maior para todos os anos da PED — RMPA, inclusive superando o de 1995, que tinha sido, até então, o mais alto patamar do nível ocupacional na Região. Porém a manutenção desse patamar foi insuficiente para absorver todo o incremento da oferta de trabalho, trazendo como consequência a ampliação do número de pessoas desempregadas.

Observa-se que o desempenho do nível ocupacional acompanhou, de certa forma, o comportamento das taxas de participação para os diferentes segmentos populacionais. Assim, o aumento da ocupação foi mais marcante para as mulheres (19 mil) do que para os homens (6 mil), e, de forma análoga, como os trabalhadores nas faixas etárias a partir dos 18 anos tiveram maior incremento em sua participação na PEA, passam a ocupar mais 27 mil postos de trabalho, enquanto os jovens entre 10 e 17 anos de idade experimentaram uma redução de 4 mil no número de ocupações.

Gráfico 3

Estimativa do número de pessoas ocupadas na RMPA — dez./96-maio/97 e dez./97-maio/98



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Comparando-se o nível de ocupação por setor de atividade entre dezembro de 1997 e maio de 1998, fica claro que o segmento serviços continuou sendo o principal absorvedor de mão-de-obra, com a criação de 11 mil postos de trabalho, seguido do grupo outros — que engloba, primordialmente, construção civil e serviços domésticos —, que, juntos, também criaram 11 mil ocupações. No comércio, houve geração de 3 mil ocupações. A indústria de transformação, por sua vez, continuou com tendência ao declínio em sua participação no total de ocupados, fenômeno que já vem ocorrendo desde 1993, eliminando, nos primeiros meses de 1998, 26 mil postos, conforme se pode visualizar no Gráfico 4.

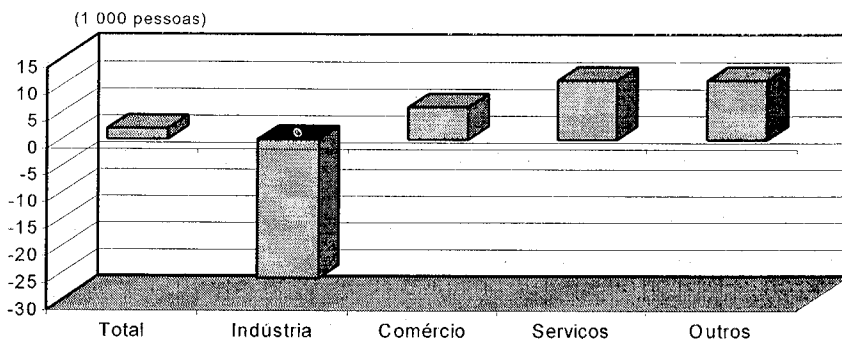
Como já referido anteriormente, além da manutenção do nível ocupacional no período em questão, esse foi o maior contingente de ocupados registrado na PED-RMPA, considerando a média desses meses. Contudo a manutenção desse patamar ocorreu com o aumento do grau de precarização da estrutura ocupacional, como se verá a seguir.

Observando-se o Gráfico 5, pode-se constatar que os primeiros cinco meses de 1998 não foram favoráveis para os assalariados formalmente contratados: os do setor privado com registro em carteira e os do setor público. A primeira

categoria perdeu 24 mil postos de trabalho, e a segunda, 2 mil, comparando-se dez./97 contra maio/98. Em termos de posição na ocupação, a geração de postos de trabalho ficou concentrada entre os autônomos (11 mil), os trabalhadores agrupados na categoria outros (10 mil) — que engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, trabalhadores familiares não remunerados, etc. — e o emprego doméstico (7 mil). Em decorrência, ao analisar-se o balanço do nível global de ocupação no período em foco, constatam-se redução dos “bons empregos” e crescimento das formas de inserção mais frágeis. Tal comportamento se traduziu em um aumento do grau de precarização do mercado de trabalho na RMPA, no período analisado. Isto é, a taxa de precarização média, entendida aqui como a proporção de desempregados, empregados do setor privado sem carteira assinada e autônomos na PEA, que foi de 38,7% em dezembro de 1997, aumentou para 41,7% em maio de 1998.

Gráfico 4

Variação do número de ocupados, por setor de atividade econômica, na RMPA — dez./97 e maio/98

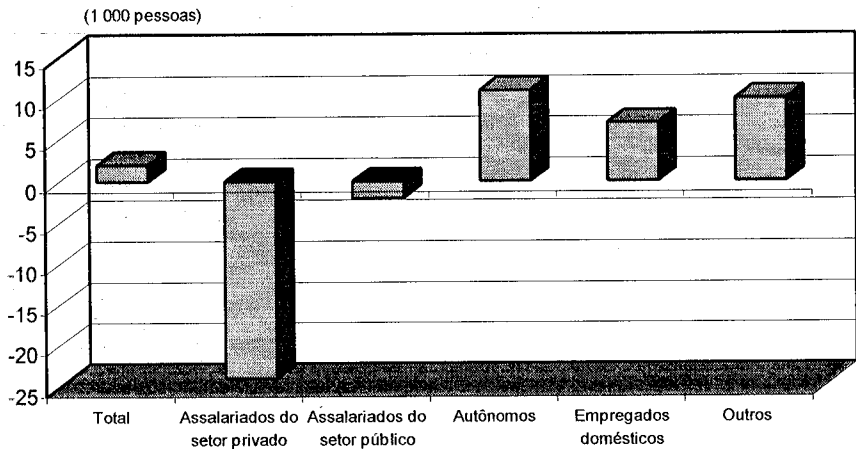


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Outros inclui trabalhadores na construção civil e nos serviços domésticos.

Gráfico 5

**Variação do número de ocupados, por posição na ocupação,
na RMPA — dez./97 e maio/98**



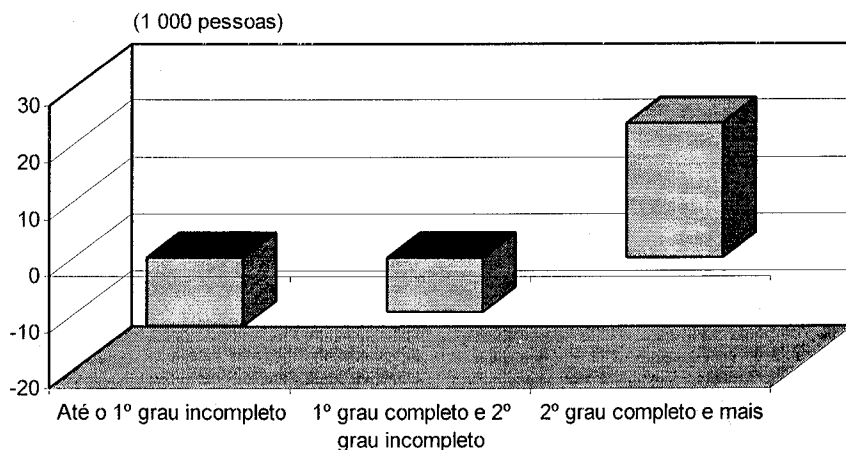
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Outros inclui empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc.

No período em análise, também ocorreram ampliação do segmento de ocupados com níveis mais altos de instrução e queda entre aqueles com níveis mais baixos, movimento que vem sendo observado nos últimos anos. O Gráfico 6 demonstra que, em dezembro de 1997, 41,6% dos ocupados não tinham sequer o primeiro grau completo, 22,0% tinham concluído o 1º grau ou possuíam o 2º grau incompleto, e 36,6% tinham um grau maior de instrução. Já considerando-se o mês de maio último, o primeiro e o segundo grupos tiveram reduções nos seus contingentes, participando com 40,7% e 21,3% das ocupações respectivamente, enquanto o contingente com nível de instrução mais elevado aumentou sua participação para 38,0%. Em valores absolutos, foram eliminados, no período, 22 mil postos para os trabalhadores dos dois primeiros grupos e criadas 24 mil ocupações para os que têm pelo menos o 2º grau completo.

Gráfico 6

Varição do número de ocupados, por grau de escolaridade, na RMPA — dez./97 e maio/98



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

2 - Desemprego bate recorde

Os dados da PED-RMPA indicam que, entre dezembro de 1997 e maio de 1998, a taxa de desemprego cresceu sempre na Região, conforme, de resto, seria de se esperar, em função dos padrões sazonais que afetam negativamente essa variável no primeiro semestre do ano. Contudo nunca as taxas haviam atingido patamares tão elevados na história da Pesquisa, como pode ser constatado no Gráfico 7. Após ter alcançado 13,0% da PEA em janeiro deste ano, a taxa cresceu sempre até maio, quando chegou a 15,7%, alcançando o patamar mais elevado de toda a série da PED-RMPA. No ano, o contingente de desempregados aumentou de 201 mil pessoas em dez./97 para 251 mil em maio de 1998.

Conforme antecipado no número anterior desta revista (CHAVES, 1998), o crescimento das taxas de desemprego, que geralmente ocorre nos primeiros meses do ano, poderia agravar-se em virtude das medidas econômicas adotadas, visando proteger a economia do País contra os efeitos da crise asiática ocorrida

no final do ano passado. Entretanto grande parte desse aumento do desemprego não foi devido a uma retração do nível ocupacional, pois, como já referido, este foi alto para os cinco primeiros meses do ano. O grande responsável pela elevação do desemprego foi o incremento substantivo da oferta de trabalho.

O aumento da PEA como principal variável determinante do crescimento do desemprego, que já explicava o comportamento desfavorável desse índice em todo o ano de 1997, ficou mais evidente ao se acrescentarem os primeiros cinco meses de 1998. No ano de 1997, a determinação do coeficiente de correlação entre o índice sazonalizado da PEA e o do número de desempregados foi positivo e razoavelmente elevado (0,84). Acrescentando-se os cinco primeiros meses de 1998 à série, o coeficiente passa a 0,97, mostrando que, no período em questão, o desempenho da taxa de desemprego está associado, significativamente, às variações da PEA.

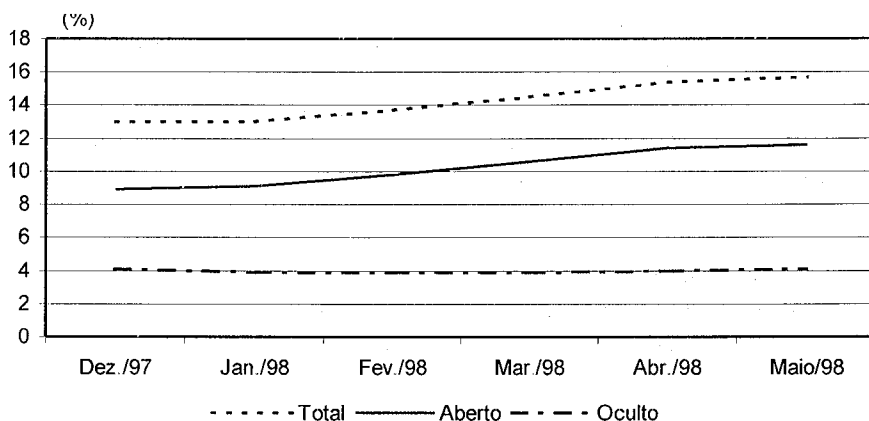
A taxa de desemprego aberto¹ também cresceu de forma análoga à do desemprego total, conforme se observa no Gráfico 7, porém com um ritmo de crescimento mais intenso, inclusive batendo recordes nos dois últimos meses do período de referência — 11,4% da PEA em abril e 11,6% em maio. Já a taxa do desemprego oculto se manteve praticamente estável, indicando que o responsável pelo crescimento da taxa do desemprego total foi o desemprego aberto. Em dezembro de 1997, o desemprego aberto participou com 68,5% da taxa de desemprego total, e, em maio último, a sua participação aumentou para 73,9%.

Em virtude do aumento do contingente feminino ter sido o maior responsável pelo incremento da PEA acrescido do fato de que as oportunidades ocupacionais não se expandiram na mesma proporção, a taxa de desemprego subiu mais para as mulheres do que para os homens, no período analisado. Assim, das 50 mil pessoas acrescentadas ao contingente de desempregados, 36 mil foram mulheres.

¹ Os conceitos do tipo de desemprego utilizados pela PED-RMPA são **desemprego aberto**, que engloba as pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias; **desemprego oculto pelo trabalho precário**, que compreende as pessoas que procuraram efetivamente trabalho nos 30 dias anteriores ao dia da pesquisa, ou nos últimos 12 meses, e que se encontram em alguma das seguintes situações: realizam de forma irregular algum trabalho remunerado, realizam algum trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou realizam algum trabalho recebendo exclusivamente em espécie benefício; e **desemprego oculto pelo desalento e outros**, que inclui as pessoas sem trabalho e que não o procuraram nos últimos 30 dias por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.

Gráfico 7

Taxas de desemprego, por tipo, na RMPA — dez./97 a maio/98



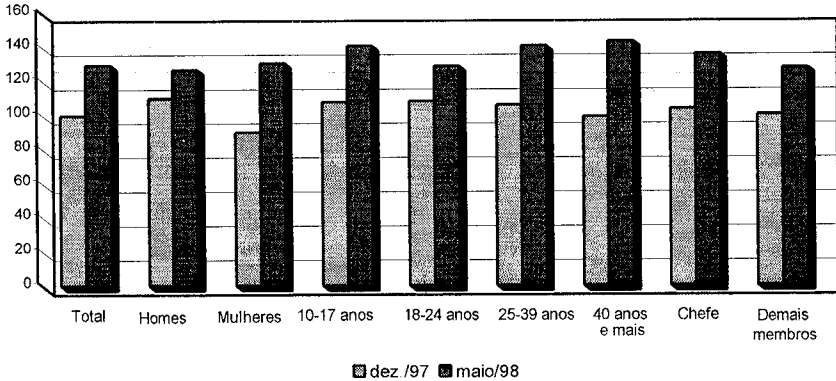
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

No Gráfico 8, que mostra os índices das taxas de desemprego por atributos pessoais entre dez./97 e maio/98, percebe-se que as maiores variações ocorreram para os jovens com idade entre 10 e 17 anos (32,9%), para os membros do domicílio que não ocupam a posição de chefe (28,5%) e para as mulheres (25,7%), ressaltando-se que as variações foram positivas para todos os grupos analisados. Em decorrência, no mês de maio, constataram-se os maiores índices da Pesquisa para determinados grupos: mulheres, pessoas com idade entre 10 e 15 anos e entre 25 e 39 anos e demais membros do domicílio.

Outro fato a destacar diz respeito à variação no perfil dos desempregados, segundo a posição no domicílio, como já se fez com a estrutura da força de trabalho. A análise revela que, dos 50 mil desempregados acrescidos entre dez./97 e maio/98, 28,0% eram cônjuges e 66,0% filhos, ou seja, 94,0% do acréscimo do contingente de desempregados foi constituído por indivíduos que não ocupam posição de chefe no domicílio em que residem. Não obstante, cabe ressaltar que, além de ser um contingente já elevado, o número de chefes de domicílio desempregados aumentou de 68 mil, em dez./97 para 73 mil em maio/98.

Gráfico 8

**Índices das taxas de desemprego total, por atributo pessoal,
na RMPA — dez./97 e maio/98**



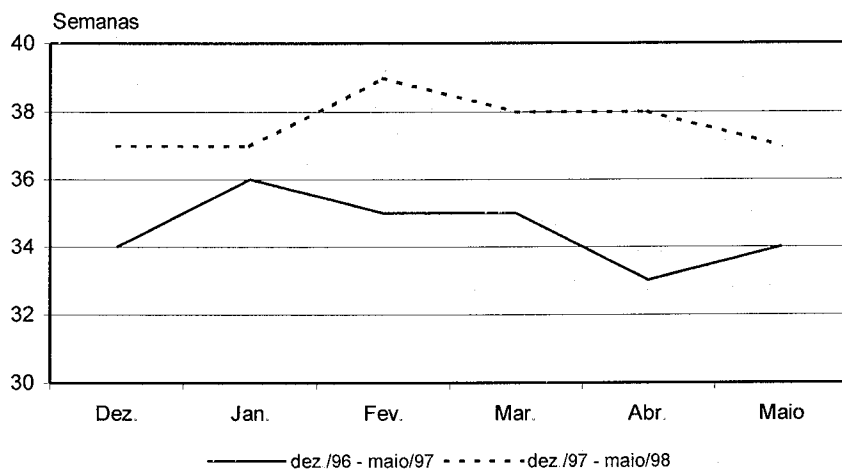
FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

A análise do desemprego a partir do corte de acordo com o grau de escolaridade permite observar elevação do desemprego para todas as categorias educacionais. Considerando o período em foco, verifica-se que a elevação foi mais acentuada para a categoria com 1º grau completo ou 2º grau incompleto (37,3%) e para os indivíduos com o 2º grau completo ou mais (18,5%). Já para aqueles com baixo nível educacional o aumento foi menor (14,9%), embora com variação significativa.

Um último comentário a respeito do desemprego está relacionado ao tempo médio despendido na procura de trabalho. O Gráfico 9 demonstra que o número de semanas gastas na procura de uma ocupação no transcorrer dos primeiros cinco meses de 1998 foi sempre superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e que, nesses meses de 1998, o tempo despendido foi de pelo menos 37 semanas — cerca de nove meses. Em termos médios, a PED-RMPA constatou que o tempo gasto pelos desempregados na procura de trabalho aumentou de 35 semanas na média entre janeiro e maio de 1997 para 38 semanas nos mesmos meses de 1998. Para as pessoas em situação de desemprego aberto, esse período aumentou de 31 para 34 semanas e, para as que estavam em situação de desemprego oculto, passou de 42 para 47 semanas.

Gráfico 9

**Tempo despendido na procura de ocupação, na
RMPA — dez./96-maio/97 e dez./97-maio/98**



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

3 - Queda dos rendimentos do trabalho

Os quatro primeiros meses de 1998² mostraram quedas sucessivas dos rendimentos médios reais dos ocupados, fato que já vinha ocorrendo desde novembro do ano passado. Porém esse movimento, que costuma ocorrer na RMPA, nesse período do ano, nunca havia se manifestado de forma tão intensa durante a série da Pesquisa na Região. Considerando-se somente a variação no ano de 1998 até abril, a queda verificada foi de 5,0%, que reduziu o rendimento médio real para R\$ 592,00 e, se compararmos os valores reais médios nos períodos jan.-abr./97 com os de jan.-abr./98, a perda foi de 5,9%.

² O último dado de rendimento refere-se ao mês de abril, porque o levantamento de cada mês coleta dados sobre rendimentos referentes ao mês anterior. Portanto, a Pesquisa de maio faz a captação dos rendimentos relativos ao mês de abril.

O salário médio real, por seu turno, mostrou comportamento declinante até fev./98, passando a apresentar variação positiva em março e abril, atingindo, no último mês, o valor de R\$ 593,00. Tal evolução, aliada à queda constante do rendimento médio dos ocupados, fez com que o valor do salário médio alcançasse o mesmo patamar do rendimento, fato que só se verificou uma vez desde setembro de 1994, pelos dados da Pesquisa.

Mesmo com os aumentos verificados nos últimos dois meses, o salário médio de abril encontrava-se 1,5% abaixo do valor registrado em dez./97, perdendo, também, na comparação entre jan.-abr./98 com idêntico período do ano anterior, quando a queda foi de 1,0%.

Em termos de setor de atividade, o do comércio foi o único que experimentou uma pequena variação positiva (0,4%) no valor do salário médio real, no ano. Os serviços e a indústria apresentaram variações negativas de 3,5% e 5,6% respectivamente, de acordo com a Tabela 1. Já por posição na ocupação, a categoria dos autônomos obteve a perda mais expressiva (16,6%), enquanto o rendimento médio dos empregadores apresentou queda de 4,6%.

Tabela 1

Rendimento médio real dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal, por posição na ocupação e setor de atividade econômica, na RMPA — dez./97-maio/98

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/97 (R\$)	MAIO/98 (R\$)	Δ%
OCUPADOS (1)	623	592	-5,0
Assalariados (2)	602	593	-1,5
Setor privado	540	521	-3,5
Indústria	554	523	-5,6
Comércio	480	482	0,4
Serviços	568	548	-3,5
Setor público (3)	849	874	2,9
Autônomos	591	493	-16,6
Empregadores	1 626	1 552	-4,6

FONTE: PED-RMPA, Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: Foi utilizado como inflator o IPC-IEPE, valores reais em abr./98.

(1) Exclui assalariados e empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. (2) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. (3) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias e nas fundações.

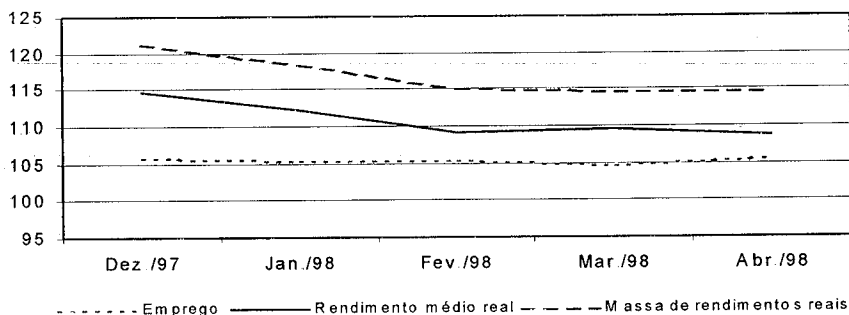
A perda ocorrida no salário médio no período analisado só não foi maior em virtude dos aumentos verificados nos salários médios do setor público nos meses de março e abril, que determinaram as variações positivas do salário médio no mesmo período, visto que o salário do setor privado vem caindo de modo continuado. Note-se que a recuperação do salário pago no setor público, no período recente, ocorreu após quatro meses sucessivos de quedas — perda acumulada de 13,7% — e não foi suficiente para recuperar o seu valor real.

O rendimento médio real nos primeiros quatro meses de 1998 registrou perdas tanto para os trabalhadores homens quanto para as mulheres, porém a queda foi maior para os homens. O rendimento médio real dos indivíduos do sexo masculino apresentou variação negativa de 6,0% contra 2,5% para o das mulheres, reduzindo o diferencial de rendimentos entre esses dois segmentos. Assim, enquanto em dezembro de 1997, o rendimento das mulheres equivalia a 68,9% do valor do rendimento auferido pelos homens, em abril de 1998 tal equivalência aumentou para 70,8%.

Outro fato a destacar referente ao comportamento das rendas do trabalho diz respeito à relação entre rendimento e posição no domicílio. Nesse particular, a variação dos rendimentos médios no período em análise foi negativa para todos os segmentos considerados. A queda foi mais intensa para os chefes de domicílio (-5,1%) — justamente sobre o segmento que tem maior responsabilidade no orçamento familiar — do que para os cônjuges (-1,4%), embora, para os filhos e para os demais membros do domicílio, o recuo tenha sido ainda mais pronunciado — de 10,3% para os filhos e de 16,4% para os outros agregados.

A queda, quase generalizada, nos rendimentos do trabalho na RMPA, nos primeiros meses de 1998, não fez distinção quanto ao grau de escolaridade. As variações negativas foram praticamente as mesmas para todos os grupos analisados: 6,3% para os indivíduos sem escolaridade ou com o 1º grau incompleto, 6,2% para os com o 1º grau completo e 2º grau incompleto e 6,1% para aqueles com 2º grau completo e mais de instrução.

Finalmente, o comportamento desfavorável dos rendimentos, aliado à pouca capacidade de se gerar oportunidades de trabalho na RMPA, no período em questão repercutiu desfavoravelmente sobre a massa de rendimentos reais dos ocupados. Conforme se pode observar no Gráfico 10, a massa de rendimentos reais caiu devido à queda nos rendimentos, uma vez que o emprego se manteve estável.

Gráfico 10**Índice do emprego, do rendimento médio real e da massa de rendimentos reais dos ocupados na RMPA — dez./97-abr./98**

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

NOTA: 1. Inflator utilizado: IPC-IEPE.

2. Base: média de 1993 = 100.

4 - Considerações finais

Com base no exposto neste artigo, o desempenho do mercado de trabalho na RMPA, nos primeiros cinco meses de 1998, apesar da influência dos fatores sazonais que diminuem o nível da atividade econômica, foi sofrível. O desemprego — mesmo que tenda a se expandir nesse período do ano — cresceu de forma mais intensa que usualmente, resultando em uma taxa de desemprego recorde no mês de maio, considerada toda a série da PED-RMPA. Mesmo que exista sempre um aumento natural do desemprego, nunca este ocorreu de forma tão intensa, o que provocou uma taxa de desemprego recorde no mês de maio.

De outro lado, o fato positivo de o nível ocupacional ter-se mantido estável e elevado nessa quase primeira metade do ano na Região deve ser relativizado. Em primeiro lugar, o nível elevado foi insuficiente para absorver o incremento da oferta de trabalho, trazendo como consequência a ampliação do desemprego; e, em segundo lugar, a estabilidade ocorreu à custa da ampliação do grau de precarização da estrutura ocupacional da RMPA. O crescimento da ocupação nos segmentos de autônomos e de empregados domésticos e a perda de postos

de trabalho assalariado, tanto no setor privado como no setor público, aumentaram a participação de formas de inserção mais frágeis em termos de instabilidade no mercado de trabalho e de patamares relativamente baixos de renda.

Uma vez que o nível ocupacional foi mantido nos primeiros meses de 1998, em que pese à característica assumida pela sua manutenção, as altas taxas de desemprego foram determinadas, principalmente, por uma notável expansão da PEA. Esse aumento da oferta de mão-de-obra, devido, sobretudo, à entrada maior de mulheres no mercado de trabalho da Região, tem pressionado as taxas de desemprego. Uma explicação natural seria um possível aumento na atratividade do mercado de trabalho na RMPA, ocorrida no período analisado, porém está descartada, tendo em vista a conjuntura econômica desfavorável. Uma outra explicação plausível para esse fato, e mais razoável, é que, com as famílias pressionadas pelas altas taxas de desemprego entre os chefes de domicílio, paralelamente à ampliação do tempo médio gasto na procura de emprego, e, ainda, com uma maior restrição orçamentária provocada pela redução dos rendimentos do trabalho, estaria havendo maior pressão para a entrada de mulheres no mercado as quais, anteriormente, permaneceriam à margem deste.

Esse aumento da oferta de trabalho num cenário desfavorável para a atividade econômica gerar bons empregos é um aspecto importante, que deverá ser monitorado na segunda metade do ano, tendo em vista seu impacto potencial no que tange à taxa de desemprego. Normalmente, o segundo semestre costuma ser de recuperação da atividade econômica e de queda das taxas de desemprego. Contudo o desempenho desfavorável do mercado de trabalho na RMPA, nesses primeiros meses do ano, com altas taxas de desemprego, precarização e perda do valor dos rendimentos reais do trabalho, é um indicativo forte para que as políticas de geração de ocupação e renda passem a ocupar lugar de destaque na agenda econômico-social dos governos.

Bibliografia

- CARTA DE CONJUNTURA IPEA (1998). Rio de Janeiro : IPEA, n. 81, jun.
- CHAVES, André L. L. (1998). Desempenho do mercado de trabalho na RMPA – 1997. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 25, n.4, p.104-121.
- INFORME PED: pesquisa de emprego e desemprego (1998). Porto Alegre: FEE, v.7, n. 4, abr.
- MERCADO DE TRABALHO: conjuntura e análise (1998). Brasília: IPEA, n.7, fev.